



Lei nº 846, de 17 de setembro de 2013.

Cria a Coordenação Municipal de Defesa Civil (COMDEC) do Município de MONTANHA-ES e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica criada a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, do Município de MONTANHA, Estado do Espírito Santo, diretamente subordinado ao Prefeito Municipal, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 2º - Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I – Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social;

II – Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III – Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder públicos de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada;

IV – Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal,

provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 3º - A COMDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.

Art. 4º - A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civi.

Art. 5º - A COMDEC compor-se-à de:

- I – Coordenador
- II – Conselho Municipal
- III – Secretária
- IV – Seter Técnico
- V – Setor Operativo

Art. 6º - O Coordenador da COMDEC será indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipalo e compete ao mesmo organizar as atividades de defesa civil no Município de Montanha-ES.

Art. 7º - Poderão costar dos currículos escolares nos estabelecimentos municipais de ensino, noções gerais sbre procedimentos de Defesa Ciivil.

Art. 8º - O Conselho Municipal será composto pelo Presidente e demais membros nomeados por Decreto do Poder Executivo.

Art. 9º - Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.


Parágrafo Único – A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 10 – A presente Lei regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da publicação.



Art. 11 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Montanha, 17 de setembro de 2013.


Ricardo de Azevedo Favarato
Prefeito Municipal